



XIX ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR  
Blumenau - SC - Brasil

---

A CONSTRUÇÃO DA AÇÃO DOS AGENTES SOCIAIS NÃO HEGEMÔNICOS NA LUTA PELA MORADIA E PELO DIREITO À CIDADE NAS CIDADES MÉDIAS DE RIBEIRÃO PRETO – SP E MARINGÁ - PR

**Tatiana Monteiro Gomes** (FCT Unesp - Presidente Prudente) - [tatimonteiro\\_9@hotmail.com](mailto:tatimonteiro_9@hotmail.com)  
*Formada em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente – UNESP.  
Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente – UNESP, [tatiana.gomes@unesp.br](mailto:tatiana.gomes@unesp.br)*

## **A CONSTRUÇÃO DA AÇÃO DOS AGENTES SOCIAIS NÃO HEGEMÔNICOS NA LUT PELA MORADIA E PELO DIREITO À CIDADE NAS CIDADES MÉDIAS DE RIBEIRÃO PRETO – SP E MARINGÁ - PR**

### **INTRODUÇÃO**

No âmbito das lutas urbanas, o direito à cidade ganhou centralidade como perspectiva de afirmação e sustentação de um projeto democrático e participativo. Sendo assim, ao buscarmos compreender os caminhos de formulação de ideias e estratégias que pautam as agendas de movimentos sociais de luta pela terra e por moradia, analisaremos de que forma tais sujeitos demarcam posições de construção do direito à cidade, a partir de identidades políticas e estratégias de atuação que estão em constante reformulação, dando voz a tais sujeitos e propondo uma visão menos manipuladora da cidade, que colabore com o diálogo entre conhecimento científico e a realidade.

Dessa forma, este trabalho, como resultado de uma pesquisa em andamento e a partir dos processos citados, está pautado na identificação e análise dos agentes sociais não hegemônicos que, nas cidades de Ribeirão Preto – SP e Maringá – PR, se estruturam em torno da luta e disputa pelo acesso e consumo da terra urbana e da habitação, se organizando para a produção de novas formas de afirmação e expressão materiais e simbólicas.

Importante ressaltar também que tais sujeitos sociais não hegemônicos serão representados neste trabalho pelos movimentos sociais de luta pela moradia e compreendidos a partir das ideias propostas por Williams (2004) e Holston (2013) ao tratarem das questões teóricas da hegemonia e contra-hegemonia ou não hegemonia dos sujeitos sociais. Serão exploradas, portanto, semelhanças e diferenças nas ações de tais grupos que possam ser úteis na sua análise, principalmente as de resistência, em suas particularidades e também como fenômeno global, buscando compreender como podem ser agentes também na construção coletiva de outra forma de cidadania, como propõe Holston (2013), ao trazer à baila a discussão sobre a “cidadania insurgente”.

Para direcionamento da análise, abordamos como recorte empírico de pesquisa um movimento social específico para cada uma das cidades: o movimento da ocupação Cidade Locomotiva em Ribeirão Preto-SP e, em Maringá-PR, o movimento União por Moradia Popular.

A relevância da escolha das cidades para análise, Ribeirão Preto/SP e Maringá/PR, reside no fato de que, em ambas são presentes e fortes os processos de negação das desigualdades socioespaciais, seja através do falso discurso de uma cidade com oportunidades iguais para todos, como no caso da “Califórnia brasileira” em Ribeirão Preto, seja através do mito da cidade planejada, em Maringá.

Tratam-se de duas cidades que fazem parte da mesma formação socioespacial, marcada pela marcha do café e pela expansão ferroviária, mas que ainda assim apresentam dinâmicas muito diferentes em relação à atuação dos sujeitos não hegemônicos, o que permitiu uma análise comparativa bastante completa e uma correlação analítica que possibilitou a compreensão de algumas das lógicas de produção dos seus espaços.

O texto está pautado na identificação e análise dos agentes situados e atuantes em cada uma das cidades e encontra-se organizado, primeiro a partir

dos procedimentos metodológicos adotados para elaboração de parte da pesquisa, seguido do referencial teórico pautado nos processos de produção dos espaços analisados e, por fim, apresenta os resultados e considerações parciais da pesquisa em andamento.

## **METODOLOGIA**

Os procedimentos metodológicos necessários para que os objetivos fossem alcançados, aplicados a cada uma das cidades selecionadas, foram em síntese os seguintes:

1. Pesquisa, leitura e síntese da bibliografia disponível a respeito das questões habitacionais e urbanas na literatura específica, dela extraíndo dados e informações sobre habitação, terra urbana, desigualdades socioespaciais e a atuação de agentes sociais não hegemônicos nos movimentos sociais urbanos de luta pela terra;
2. Pesquisa, leitura e compilação das informações relevantes para o tema da pesquisa no Plano Diretor Municipal, Plano Local de Habitação de Interesse Social e nos sítios eletrônicos da Prefeitura Municipal de cada uma das cidades;
3. Entrevistas, via plataforma online, com lideranças de movimentos sociais de luta pela terra presentes nas duas cidades, explorando a leitura do objeto de estudo para compreender a realidade construída e organizada por tais agentes sociais.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

O conceito de direito à cidade, formulado como horizonte filosófico por Lefebvre (2001), tornou-se referência importante para compreensão da Política Urbana como plataforma de reivindicação e resistência através de movimentos e agentes sociais coletivos. Assim como é abordado por Harvey (2014), que ressaltou o ressurgimento da ideia do direito à cidade atrelada ao poder e importância dos movimentos em torno das lutas coordenadas sob a perspectiva da vida urbana cotidiana.

Lefebvre (2001) descreveu o direito à cidade através de paradigmas que pudessem encaminhar a organização socioespacial das cidades através da sobreposição do valor de uso ao valor de troca, ou seja, partindo do princípio de que a produção do espaço urbano não fosse reservada unicamente à lógica do mercado imobiliário.

Não se trata, portanto, apenas, de um direito assegurado pela estrutura institucional e legislativa do Estado já que, para assimilar um contexto jurídico ao conceito de Direito à Cidade, deve-se levar em consideração a compreensão de seu verdadeiro sentido. Segundo Lefebvre (2001, p. 118) o direito à cidade:

Não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como um direito à vida urbana, transformada, renovada. Pouco importa que o tecido urbano encerre em si o campo e aquilo que sobrevive da vida camponesa conquanto que o 'urbano', lugar de encontro, prioridade do valor de uso, inscrição no espaço de um tempo promovido à posição de supremo bem entre os bens, encontre sua base morfológica, sua realização prático-sensível.

Harvey (2014) ressalta que o ressurgimento da ideia de direito à cidade se deve, principalmente, ao poder e importância dos movimentos sociais urbanos em torno das lutas acerca da configuração das características da vida urbana cotidiana. Para o autor, a ideia de direito à cidade, na atualidade, “surge basicamente das ruas, dos bairros, como um grito de socorro e amparo de pessoas oprimidas em tempos de desespero” (HARVEY, 2014, p. 15).

Partimos, portanto, para este trabalho, da interpretação sobre a construção da ação dos movimentos sociais, cuja reprodução pelos agentes sociais não hegemônicos se faz de maneira contínua e permanente, como afirma Ribeiro (2014) e que se encontram em um contexto de espoliação e exclusão socioespacial. Torna-se importante, neste sentido, valorizar a ação sem isolá-la dentro dela mesma, já que nem todas as forças sociais podem ter condições de gerar transformações criadoras, muitas vezes se dá mais como uma reestruturação de agendas de atuação.

Ribeiro (2014), neste sentido, aponta para a importância da compreensão reflexiva sobre a ação a fim de que não seja imposta uma única leitura, operacional e pragmática, como verdadeira, que possa vir a impedir de reconhecer e afirmar sujeitos coletivos. Um importante passo para compreensão deste intrincado cenário, pode se dar através da relação entre escalas como dimensões de análise, levando em consideração temporalidades sociais distintas, como estes sujeitos se espacializam e criam novos territórios e as diversas formas de relações sociais contemporâneas.

Os movimentos sociais de luta pela moradia representam, neste trabalho, o conjunto de agentes sociais considerados não hegemônicos tomando-se como ponto de análise uma hegemonia que se afirma na capacidade de articular interesses e criar condições de poder, mantendo ou desestabilizando as condições de equilíbrio do sistema capitalista.

Portanto, compreender o perfil das organizações e da sociedade civil que se engajou na luta pelo direito à cidade, suas demandas, agendas e formas de atuação trata-se de uma ferramenta de empiricização e construção de reflexões sobre os processos sociais que se operam à margem das relações entre sociedade civil, sociedade política e Estado, conforme a concepção de Gramsci (2012)<sup>1</sup>.

A hegemonia capitalista se constroi sem diálogos ou combinações, como constatado por Topalov (1997), apresentando efeitos profundos e que acaba por apresentar o neoliberalismo como “inevitável”. Entre as diferentes formas de apropriação neoliberal, a produção capitalista do espaço ganha destaque para análise das diferenças e desigualdades socioespaciais. Seus efeitos para a exclusão socioespacial não se limitam às necessidades elementares de moradia, por exemplo, englobando também o acesso aos espaços de representação da cidade e engendrando a confirmação de diferentes processos, conforme seu aprofundamento.

A cidade torna-se, portanto, lócus de produção de bens e serviços, e seu espaço é produzido e apropriado expressando a reprodução capitalista, que

---

<sup>1</sup> O conceito de hegemonia, conforme abordado neste trabalho, é pautado em Gramsci (2012), como condição de dominação pelo sistema capitalista para se afirmar no campo político, ideológico e cultural. No entanto, Gramsci não desenvolve o conceito de contra-hegemonia, por entender a hegemonia como uma condição instável e em disputa e transformações constantes. O conceito de contra-hegemonia é portanto tomado pela concepção de Williams (2004), utilizado na definição de movimentos contrários à ordem hegemônica.

implica em alteração de papéis na divisão territorial do trabalho (SPOSITO, 1991).

A ampliação das bases territoriais da cidade, seja através de sua base fundiária ou da reprodução territorial ampliada, constitui-se como um dos elementos que configuram as formas de apropriação capitalista do espaço através, principalmente, da monopolização de determinadas parcelas do espaço urbano por agentes econômicos dominantes (SPOSITO, 1991).

Identifica-se, assim, a contradição do processo de produção do espaço: a produção social *versus* a apropriação privada. Em outras palavras, a reprodução do espaço como meio, condição e produto da reprodução social em oposição às necessidades econômicas e políticas para garantia da reprodução do capital neste espaço (CARLOS, 2011). A compreensão desta contradição pressupõe a produção do espaço no contexto das regras mercadológicas da produção capitalista e através das práticas do Estado (DAMIANI, 1999). Dessa forma se faz necessário pensar os processos em suas contradições.

O planejamento urbano e o urbanismo, produzindo hegemonia e contra-hegemonia no campo das ideias e no espaço, encontram a nível local as estratégias e ferramentas de realização e enfrentamento. No entanto, como aborda Williams (2004), os processos de disputa de hegemonia são mutáveis:

Uma hegemonia vivida é sempre um processo. Não é, exceto analiticamente, um sistema ou uma estrutura. É um complexo realizado de experiências, relações e atividades, com pressões e limites específicos e mutáveis. Isto é, na prática a hegemonia não pode nunca ser singular. Suas estruturas internas são altamente complexas, e podem ser vistas em qualquer análise concreta. Além do mais (e isso é crucial, lembrando-nos o vigor necessário do conceito), não existe apenas passivamente como forma de dominação. Tem de ser renovada continuamente, recriada, defendida e modificada. Também sofre uma resistência continuada, alterada, desafiada por pressões que não são as suas próprias pressões. (WILLIAMS, 2004, p. 134)

Williams (2004) retrata os processos de disputa de hegemonia por projetos de sociedade e de cidade através de um dinamismo constante, sendo, portanto, tensos e mutáveis nas estratégias e táticas de ação ou formas de resistência. Tratam-se de processos interligados e suscetíveis a avanços e recuos conjunturais, com influência permanente nos campos da política e da cultura.

Como destaca Williams (2004), a ordem hegemônica sofre constantes resistências e é desafiada por pressões internas e externas, contendo, portanto, em seu interior, as tensões contra-hegemônicas.

Neste sentido, Holston (2013) defende a ideia de que os processos de construção de moradia irregular ou ilegal e conflitos de terra seriam um “contexto e substância de uma nova cidadania urbana” (HOLSTON, 2013, p. 28). Seriam estas, formas de utilizar espaços que garantam de certa forma o seu direito de habitação e inserção urbana e, além disso, uma reconstrução de sua cidadania e de suas relações socioespaciais.

Segundo Holston (2013) a exclusão à cidadania se materializa em uma segregação espacial, gerando um outro tipo de cidadania, chamada pelo autor de “cidadania insurgente”. Para ele, ao contrário de produzir não-cidadãos essas exclusões criaram um campo fértil para a construção de uma cidadania própria e de outra ordem. Trata-se, portanto, da discussão da cidadania a partir da perspectiva daqueles que não a possuem, que atuam através da resistência a um projeto de cidade que exclui uma parcela da população.

(...) como os moradores passaram décadas transformando barracos em casas de alvenaria mobiliadas, decoradas e bem acabadas, essa autoconstrução se tornou um domínio de elaboração simbólica. Ela expressa narrativas coletivas e igualitárias do estabelecimento das periferias e narrativas individuais de realizações. Dessa forma, a autoconstrução transformou as periferias em espaço de futuros alternativos, produzidos nas experiências de se tornar proprietários, de organizar movimentos sociais, de participar de mercados consumidores e de fazer julgamentos estéticos sobre as transformações das casas (Holston, 2013; p. 29).

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este texto resulta de parte de uma pesquisa mais ampla, ainda em andamento, que, através de diversos pesquisadores brasileiros, busca compreender a urbanização brasileira e os diferentes processos no que tange o espaço urbano. Buscamos, neste trabalho, trazer resultados parciais ainda em processo de sistematização conforme se dá o desenvolvimento da pesquisa. O recorte empírico centrado em Maringá-PR e Ribeirão Preto-SP se deu por se tratarem de duas das nove cidades cujos centros urbanos são alvos do projeto<sup>2</sup> de pesquisa citado.

Tanto Ribeirão Preto como Maringá são cidades cuja evolução urbana estiveram diretamente associada aos desdobramentos do complexo cafeeiro que se estendeu por todo estado de São Paulo e o norte do Paraná, sendo este um elemento determinante para a estruturação de dinâmicas que passaram a integrar tais territórios à economia capitalista.

Não se tratava de cidades que eram fundadas, apenas, para dar apoio à ocupação rural, mas núcleos urbanos que apoiavam a expansão ferroviária, em que se localizava a rede bancária em constituição, em que apoiava a eletrificação que se implantava em que o comércio atacadista e varejista ampliava o vigor, tendo em vista uma estrutura fundiária que era constituída por grandes, mas também por médias e pequenas propriedades. (SPOSITO, 2004, p. 174).

A fundação de Ribeirão Preto, em 1856, insere-se no início da segunda fase da marcha do café pelo Estado de São Paulo. As plantações de café se ampliaram por esta região com o início da produção cafeeira e a chegada dos trilhos para escoamento das primeiras produções.

---

<sup>2</sup> Trata-se do Projeto Temático “Fragmentação socioespacial e urbanização brasileira: escalas, vetores, ritmos e formas” (Processo FAPESP: 18/07701-8), coordenado pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Encarnação Beltrão Sposito. Informações disponíveis em: <https://bv.fapesp.br/pt/auxilios/101582/fragmentacao-socioespacial-e-urbanizacao-brasileira-escalas-vetores-ritmos-e-formas-fragurb/>

O município de Ribeirão Preto está situado na porção nordeste do Estado de São Paulo (Figura 1), cujo núcleo urbano original começou a se formar a partir de 1884, se expandindo territorialmente em diferentes ritmos e direções ao longo do tempo. No entanto, Barcella (2015) chama atenção que a partir de 1986 houve uma intensificação do processo de expansão com abertura de loteamentos e incorporação de novas áreas ao processo de produção da cidade.

Figura 1 – Ribeirão Preto/SP - Situação geográfica



Fonte: IBGE, 2019 – Elaborado pela autora (2020)

Em pouco tempo a cidade se tornou um núcleo do processo de aglomeração urbana e concentração de atividades industriais e de diversos fluxos econômicos (DAL POZZO, 2015).

Apesar de constituir-se como um dos mais importantes centros econômicos do Estado de São Paulo e de apresentar bons índices de desenvolvimento quando considerados indicadores de infraestruturas e equipamentos sociais, Ribeirão Preto apresenta, como outras cidades médias, problemas relativos à forma como se deu o seu processo de urbanização: crescimento territorial veloz da sua área urbana, com um grave alastramento seletivo das áreas pobres e periféricas, assentamentos precários e aumento do déficit habitacional, o que indica que a expansão da área urbana não atende às necessidades sociais de moradia e sim a investimentos de capital em empreendimentos e especulação imobiliária.

Neste sentido, Dal Pozzo (2015) ressalta a contribuição do falso discurso da “Califórnia brasileira”, que se traduziu pelas crescentes oportunidades de emprego e melhorias das condições de vida que Ribeirão Preto e a região poderiam oferecer, mas que, no entanto, maquiavam as problemáticas que poderiam ser anunciadas pela estrutura habitacional problemática que se apresentava para uma parcela significativa da população da cidade.

Entre o segmento de cidades médias, Ribeirão Preto tem os maiores preços imobiliários, segundo Barcella (2015), com um aumento de 246% nos últimos 20 anos. Enquanto Abreu (2014) evidencia o aumento dos preços de terrenos nos últimos 40 anos como o mais significativo quando comparado à variação dos preços de oferta de imóveis prontos, como apartamentos e casas.

Campos (1987) na tentativa de formular uma análise de como o capital do tipo incorporador pode ser compreendido, explica que a lógica de valorização desta fração do capital tem uma dimensão crucial que é a dimensão espacial, ou seja, para a lógica de valorização acontecer o capital necessita circular na cidade, se imobilizando, incorporando capital à terra e, sob determinadas condições e parâmetros, procurar novas áreas, alterar o uso do solo, adensar, verticalizar e diferenciar áreas e bairros.

Este tipo de capital, ao atuar sobre partes seletivas da cidade, principalmente na produção para os segmentos de maior renda tende a alterar a cidade como um todo, e buscaremos interpretar e problematizar de que forma essa dinâmica acontece, a partir da perspectiva daqueles que são afetados pela diferenciação socioespacial que decorre de tal processo.

É neste sentido e como resultado da dinâmica deste capital que James Holston (2009) ressaltou que há um relevante alcance da urbanização e da globalização em âmbito mundial, especialmente após a década de 70. Porém, os efeitos desses processos, combinados a particularidade locais, geraram condições semelhantes em muitas cidades brasileiras: periferias urbanas com uma população pobre e explorada, em condições irregulares ou ilegais de moradia.

É possível identificar dinâmicas que se vincularam a processos de produção e reprodução de formas irregulares de ocupação do solo em certas áreas de Ribeirão Preto. Estas refletem a manifestação de grupos que participam precariamente da vida econômica, social e urbana da cidade e encontram força e mecanismos de organização coletiva para reivindicar melhorias em suas formas de vida – seja através de associação de moradores ou outras maneiras de organização (ROSA, 2008), o que demonstra a possibilidade de formação de ações reivindicatórias que surgem em decorrência de necessidades comuns.

Adas (2004) atribui o número de ocupações em Ribeirão Preto ao aumento significativo dos preços médios de aluguéis, mas, sobretudo, ressalta o crescimento do poder de organização e de visibilidade das ocupações e movimentos de luta pela moradia.

Em 2019, com a atualização do Plano Local de Habitação de Interesse Social de Ribeirão Preto – PLHIS-RP (RIBEIRÃO PRETO, 2019), verificou-se a existência de 87 assentamentos precários, que abrigavam 9,7 mil famílias. Estes 87 assentamentos se distribuem espacialmente em todas as regiões do Município, mas predominantemente nas regiões Norte e Oeste, ocupando majoritariamente áreas públicas de loteamentos regulares mais antigos, que não haviam sido regularizados, como mostra a Tabela 1.

Tabela 1 - Assentamentos precários segundo a titularidade da área

Titularidade da Área	Total de Assentamentos Precários	%	Total de Domicílios	%
Pública	73	84%	7871	81%

Particular	6	7%	277	3%
Mista (pública + particular)	8	9%	1586	16%
TOTAL	87	100%	9734	100%

Fonte: PLHIS-RP (2019)

Na porção Norte, os assentamentos estão predominantemente em áreas públicas e em Área de Preservação Permanente (APP). No entanto, também se formaram nas proximidades de três grandes equipamentos urbanos: no entorno imediato do Aeroporto Leite Lopes, nas proximidades do Jôquei Clube e no entorno imediato do Parque Permanente de Exposições de Ribeirão Preto.

O PLHIS-RP (RIBEIRÃO PRETO, 2019) identifica na cidade alguns movimentos importantes de atuação na luta pela moradia, como o Movimento Livre, o Movimento de Moradia do Simione, Movimento do Jardim Aeroporto, assim como o Movimento da Ocupação Cidade Locomotiva, do qual entrevistamos algumas de suas lideranças.

Trata-se de um movimento social que se iniciou em 2015 a partir de mobilização de famílias pela luta pela moradia, que ocuparam um terreno, patrimônio da União, e que seguem na luta até o período atual. Segundo informações apresentadas pelo PLHIS-RP (RIBEIRÃO PRETO, 2019), a ocupação, que contava com 348 domicílios, está localizada no bairro do Jardim Jôquei Clube, sendo de propriedade Pública, como citado anteriormente, em Área de Preservação Permanente (APP), sem nenhuma intervenção ou obra de infraestrutura realizada ou prevista.

Conforme apontam os estudos realizados para elaboração do PLHIS-RP, optou-se por uma classificação dos assentamentos em “tipologias de problema”, sendo estabelecidos 4 tipologias diferentes que agrupam características específicas das ocupações do Município. O mapeamento dos assentamentos demonstrou a existência de características similares entre os mesmos, quando considerada a infraestrutura implantada, o padrão das edificações e o grau de consolidação do parcelamento.

Desta maneira, a ocupação referente ao movimento Cidade Locomotiva está inserida no conjunto de “Tipologia 4”, classificado como “assentamentos precários, irregulares e não consolidáveis, cuja solução é a remoção total dos domicílios e o reassentamento externo” (RIBEIRÃO PRETO, 2019).

Em entrevista realizada, os membros do movimento Cidade Locomotiva relataram que a formação dessa ocupação se deu em união com a União dos Movimentos de Moradia de São Paulo, o UMM, o que permitiu que as famílias se organizassem, realizando capacitações das lideranças e da comunidade e angariassem projetos.

A gente conseguiu organizar, fazer as capacitações das lideranças e a comunidade começou a angariar os projetos, e a gente chegou no patamar que a gente chegou hoje. Tivemos que fazer algumas manifestações, na cidade, a moradia não tinha respeito ou moral, onde a gente chegava não era recebido, a gente teve que angariar cadeiras no conselho, cadeiras na cidade, no município, de grande importância para que a gente tivesse voz na cidade pela moradia. (NUNES, 2020).

Holston (2013) coloca os processos de construção da moradia irregular ou ilegal e os conflitos de terra como “contexto e substância de uma nova cidadania urbana” (HOLSTON, 2013: 28). Portanto, seja através de uma resistência coletiva organizada, como os movimentos de luta pela moradia e outras organizações coletivas, seja a partir de iniciativas individuais, essa

parcela da sociedade, excluída do seu direito ao acesso à cidade, encontra outras formas de utilizar os espaços vagos e sem interesse para o poder público ou para o mercado imobiliário, garantindo de certa forma o seu direito de habitação e sua inserção urbana, e mais que isso, reconstruindo sua cidadania e suas relações socioespaciais.

O depoimento de Oliveira (2020), também membro do movimento Cidade Locomotiva, confirma tal perspectiva bem como a disputa permanente para que sejam conferidos novos significados sociais à luta pela terra e pela moradia ao afirmar que

O movimento vem, e juntamente com a associação, vem no sentido de dar orientação, formar orientação e buscar os meios através da lei. Porque nós não estamos aqui de maneira ilegal, isso é importante que seja colocado pra sociedade civil organizada, porque tem que mudar o ponto de vista. Nós não estamos aqui de maneira ilegal, nós estamos de maneira irregular. E existem meios que a própria lei determina que capacita o município a legalizar e regulamentar com consciência disso, e através da união pela comunidade ir atrás desses direitos e dessas formas de adquirir a moradia digna, legalizada, dentro da condição de cada um. (OLIVEIRA, 2020)

Como Holston (2013) aponta ao categorizar o conceito de “cidadania insurgente”, não é apenas na praça cívica ou no centro que os pobres urbanos articulam a demanda pelo direito à cidade e à moradia com maior força e originalidade, mas sim no cotidiano e na vida doméstica em torno da construção da residência e do acesso ao urbano.

Líderes e membros de movimentos, como é o caso do Cidade Locomotiva, são pessoas comuns que vivem uma vida precária e lutam por espaços na cidade e por outra forma de cidadania, que não seja aquela já proposta, oficial e formal.

Atualmente o movimento Cidade Locomotiva conta com dois conselheiros do Conselho Municipal de Urbanismo – COMUR, dois conselheiros da Habitação e dois delegados da defensoria pública, pela habitação e pela questão racial. O Conselho Municipal de Habitação consiste em um instrumento de consolidação da gestão democrática da política habitacional e está composto por 22 membros, dentre os quais 11 seriam representados pelos membros da sociedade civil, através de movimentos de moradia, associações de bairro e demais segmentos (RIBEIRÃO PRETO, 2019).

A escolha pelo estudo da cidade de Maringá – PR pode ser explicada pela pretensão em avaliar em que medida as especificidades dos processos locais destacam-se na configuração da cidade, já que o projeto urbanístico original que Maringá mantém guarda características bastante distintas da maioria dos espaços urbanos. A cidade aparece “destituída” de problemas inerentes à maioria das cidades brasileiras como assentamentos e ocupações irregulares, definindo uma ocupação residencial evidentemente segregadora, que operacionalizou a exclusão da pobreza para municípios vizinhos, em especial para Sarandi e Paiçandu (RODRIGUES, 2004).

Conforme contextualizado e explicitado por diversos autores como Garcia (2019), Franco (2011), Rigon (2017), Carvalho (2000), Tows (2012), Beloto (2004), Cordovil (2010) e outros, em suas respectivas e variadas óticas de análise, o processo que deu origem à cidade de Maringá derivou da colonização do Norte do Paraná, articulado inicialmente pela Companhia de Terras Norte do

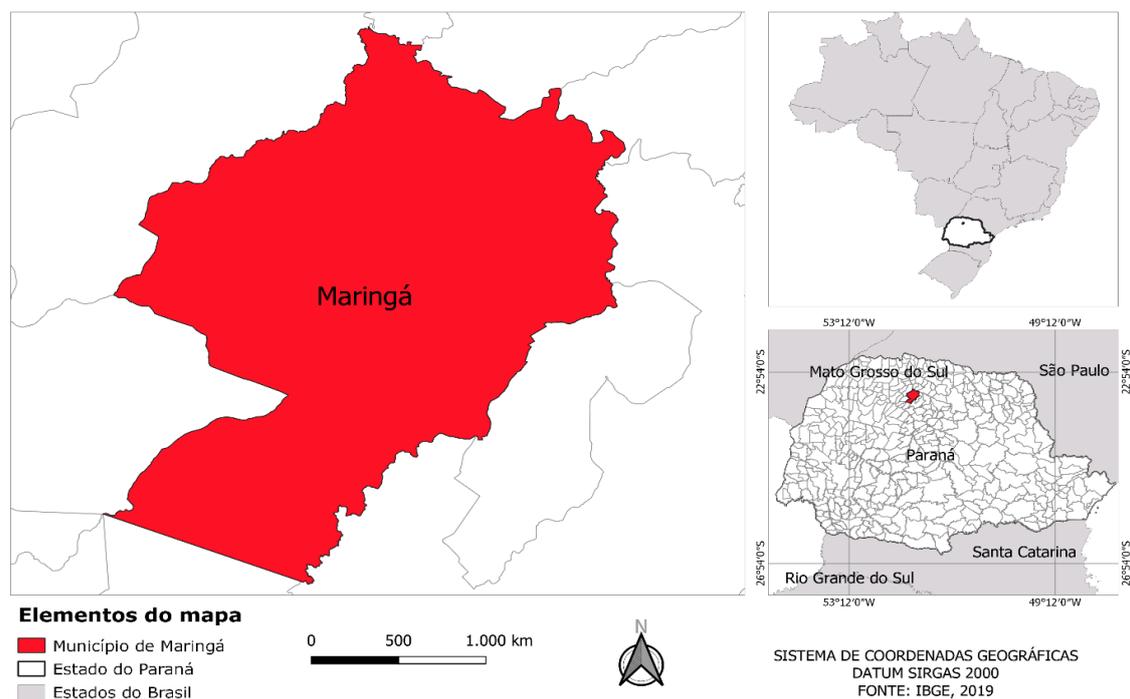
Paraná (CTNP), posteriormente encetada pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP).

Sob a perspectiva inicial de compor as margens da ferrovia que ligaria o norte do Paraná ao estado de São Paulo para escoamento da produção do café e para garantia de que os produtores estivessem próximos aos núcleos habitacionais, foram planejados e implantados diferentes centros urbanos, com distância aproximada de 15 km para aqueles de menor porte e de 100 km para os maiores, como uma forma de hierarquizar a rede urbana, principalmente após a implantações das primeiras cidades como Londrina, Cambé, Rolândia, Arapongas e Apucarana (CARVALHO, 2000).

Segundo Beloto (2004), a cidade construiu um discurso em torno da cultura do planejamento técnico e de parâmetros urbanísticos através de uma constante reordenação de acordo com as conveniências, ritmos e sentidos apontados pelo mercado. Tows (2010), ainda, explica que existem agentes imobiliários diretamente vinculados ao poder público por meio de cargos políticos ou parentescos.

Seguindo essa forma de produção do espaço, a cidade de Maringá foi concebida para desempenhar a função de capital regional, pelo seu posicionamento estratégico (Figura 2), no centro geométrico das terras que estavam sob o empreendimento da Companhia, assim como Cianorte e Umuarama (CARVALHO, 2000).

Figura 2 - Maringá/PR - Situação geográfica



Fonte: IBGE, 2019 – Elaborado pela autora (2020)

Foi possível identificar através de pesquisas documentais em jornais e documentos online, em relação à Maringá, uma atuação pequena de movimentos sociais de luta pela terra, até porque não existem ocupações na cidade (GARCIA, 2019; FRANCO, 2011) e os casos que já aconteceram foram rapidamente reprimidos pelo Poder Público, o que nos levou, inicialmente, a

investigar o porquê desse tipo de dinâmica na cidade, principalmente levando em consideração a política urbana adotada pelo município que carrega uma imagem de cidade modelo de Maringá.

Assim como afirma Negri (1998) o projeto elaborado para Maringá, com evidentes conteúdos ideológicos, estruturou no espaço da cidade zonas funcionais que eram definidas e articuladas entre si, a fim de garantir uma relativa “harmonia” (MORO, 2003). Sendo assim, houve um direcionamento seletivo do uso residencial do solo urbano em Maringá que, em razão da variedade de tamanhos e preços dos lotes desde o início da cidade, conduziu a uma diferenciação socioespacial tanto para a localização residencial quanto de equipamentos coletivos.

Para Rodrigues (2004), uma das formas da ocupação urbana de Maringá extravasar os limites municipais se deu através da operacionalização de um arranjo espacial que expulsou a população de menor poder aquisitivo para outros municípios, garantindo que Maringá preservasse características privilegiadas, que a configuraram no discurso oficial como uma cidade sem problemas sociais. Mendes (1992) retrata que com a expansão de Maringá e o desalinhamento do projeto inicial, a sincronização com problemas da urbanização brasileira, como o aumento da pobreza e a produção de uma periferia, foram se tornando crescentes na lógica territorial da cidade.

A partir da década de 1950, inúmeras ocupações irregulares em terrenos públicos também se formaram em Maringá, como foi o caso da Vila Esperança, a Colônia Portuguesa, a Vila Nova, a travessa Liberdade, principalmente na área central, como ressalta Rodrigues (2004). A maioria delas concentrava nordestinos e boias-frias da região e até 1950 não houve qualquer iniciativa por parte da Prefeitura Municipal em regularizar essas áreas, assim como inseri-las à cidade.

Por anos as ocupações permaneceram em Maringá, sem qualquer preocupação do Poder Público com as condições precárias e insalubres da população. No entanto, estes territórios passaram a representar entraves para o desenvolvimento da cidade. As ocupações, segundo Garcia (2019), eram enxergadas como um atraso para a modernidade e empecilho para a expansão territorial do plano. E dessa forma o Poder Público passou a ser constantemente pressionado a erradicar as ocupações.

Tratava-se de um problema frequente à época para a realidade de outras cidades brasileiras, mas o que tornou incomum o caso de Maringá foram as estratégias de reversão e impedimento da reincidência dessas ocupações. Moradores das diversas ocupações que se formaram na cidade foram transferidos para núcleos populares, como o bairro Santa Felicidade e ainda para os municípios vizinhos, como Sarandi e Paçandu. Tais iniciativas, conforme destaca Rodrigues (2004), foram financiadas com recursos federais, conformando-se em um processo de garantia do planejamento idealizado para a cidade.

Como citado anteriormente, no período referente à década de 1970 um novo processo conformou o crescimento das cidades vizinhas, como Sarandi e Paçandu, que passaram a abrigar “bolsões de pobreza” (RODRIGUES, 2004a) vindos de Maringá. Rodrigues (2004a; 2004b) analisou como essas cidades acabaram abrigando a população mais pobre expulsa da cidade pelo através de

políticas de desfavelamento, com a finalidade de excluir os mais pobres do contexto urbano de Maringá.

Portanto, durante toda trajetória de formação da cidade, os municípios vizinhos tiveram papel significativo para a população excluída, uma vez que apresentavam condições mais acessíveis em relação à moradia, com uma legislação flexível, onde os terrenos eram mais baratos e menores e com condições precárias de infraestrutura.

À medida que, ao longo do tempo, em Maringá, os agentes hegemônicos atuantes foram eficazes na preservação de contradições socioespaciais no território da cidade, pode-se inferir que o processo de segregação socioespacial se manteve presente neste espaço.

Evidência empírica mais atual que reforça essa afirmação se deu no início de 2011 quando mais de 40 famílias ocuparam as moradias que pertenciam ao Conjunto Atenas, um núcleo habitacional localizado próximo ao contorno norte, em Maringá, cuja construção das casas foi interrompida em 2006, permanecendo desabitada até a referida ocupação (FRANCO, 2011).

Mesmo com a ordem de despejo, algumas famílias permaneceram para garantia de uma casa própria, que fosse financiada pelo Governo Federal. Após um ano de ocupação das casas, as famílias foram realocadas para a Escola Municipal Rural Delfim Moreira, desativada na época. Apenas em 2017 a Prefeitura de Maringá, através da Secretaria de Assistência Social, entregou, via aluguel social, as casas definitivas para as famílias, a maioria localizada no distrito de Iguatemi, também distante da cidade sede (RIGON, 2017).

Tal caso retrata de forma significativa as diferenciações e desigualdades na cidade de Maringá. Tais processos podem ser apreendidos como resultantes das diversas formas capitalistas de produção e apropriação do espaço na cidade, mas também se apresentam de forma a potencializar as mesmas.

A partir de entrevista realizada junto à coordenadora nacional do movimento União por Moradia Popular, representante do estado do Paraná e atuante em Maringá, Maria das Graças<sup>3</sup> Xavier, temos que o descaso com a questão habitacional em Maringá é um signo marcante de diferentes gestões, conforme relatou a entrevistada em relação ao caso citado, quando, na ocasião, procuraram pelo então prefeito, buscando uma solução para a construção de moradia para as famílias que ocupavam o local:

Na ocasião a gente foi procurar eles, era a gestão dos Barros ainda, a gente foi procurar eles e o secretário disse pra nós assim: “Mas por que vocês querem fazer construção aqui? Porque aqui não tem famílias carentes, não tem pobre aqui” (XAVIER, 2020).

Ainda que Maringá se apresente na grande mídia como a “Dallas brasileira” (LIMA, 1999), uma cidade planejada que aparentemente não apresenta grandes problemas sociais, Rodrigues (2004a) examinou o tratamento dado a problemas como a exclusão socioespacial na cidade de Maringá e de como se delinearão processos de fragmentação socioespacial neste espaço, a partir dos elementos inerentes à produção capitalista do espaço e como os elementos inerentes às leituras fragmentárias passaram a demarcar cada vez mais a presença do capital produzindo espaços na cidade.

---

<sup>3</sup> Essa entrevista nos foi gentilmente cedida por Maria das Graças Xavier, no dia 10 de agosto de 2020 por meio digital, via plataforma Zoom.

São apresentados na Tabela 2 os dados referentes aos levantamentos da Fundação João Pinheiro, de 2015, sobre o Déficit Habitacional Urbano e Rural, por componentes, relativo às cidades que servirão como objeto de estudo da presente pesquisa. É importante ressaltar, que o Déficit Habitacional é entendido aqui como uma noção mais imediata e intuitiva da necessidade de construção de novas moradias para a solução de problemas sociais e específicos de habitação, incluindo o índice de moradias em condições precárias de habitação ou cuja estrutura física precisa ser reposta pelo desgaste.

Tabela 2 - Composição do Déficit Habitacional Urbano e Rural, segundo regiões geográficas do projeto – Brasil – 2015

<b>Unidade Territorial</b>	<b>Déficit Urbano</b>	<b>Déficit Rural</b>
<b>Maringá</b>	10514	73
<b>Ribeirão Preto</b>	21679	136

Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2015. Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

Assim, permanecem nas cidades brasileiras profundas desigualdades, podendo ser facilmente observadas em suas paisagens a permanência de habitações precárias, ocupações ilegais e/ou clandestinas, favelas etc. No mesmo sentido, a luta pela terra e pela moradia permanece e sua identificação também é relevante para a adequada avaliação a respeito das condições concretas sobre a produção do espaço urbano no Brasil atual. Mais além, passa, cada vez mais, a ser condicionada e mediada por estratégias e ações de agentes diversos que tratam a terra, a moradia e a própria cidade como ativos de valor capazes de conferir acesso a ganhos econômicos coadunados com o ambiente rentista atual do capitalismo (HARVEY, 1982; SANFELICI e HALBERT, 2016).

## CONSIDERAÇÕES

Foi possível observar, através das análises realizadas, que em ambos os casos, Maringá-PR e Ribeirão Preto – SP, uma discussão, para a ação dos movimentos, que se dá a partir de um modelo capitalista neoliberal de desenvolvimento. As duas cidades são vendidas como modelos, seja o modelo da “Califórnia Brasileira” para Ribeirão Preto ou da “Dallas Brasileira” para Maringá. No entanto as contradições existem, e não são pequenas.

Em ambos os casos de estudo identifica-se o surgimento de movimentos de resistência e luta, mas que tiveram direcionamentos distintos. No caso de Ribeirão Preto – SP os movimentos alcançaram uma consolidação que os levou a ocupar lugares e espaços importantes para a luta, como Conselhos Municipais, ainda que não seja o suficiente para resolução do caso em específico e da situação da habitação para demais ocupações na cidade.

No entanto, nem sempre a ação de resistência é precedida de um movimento organizado com um posicionamento político específico e definido, como foi possível observar no caso de Maringá – PR, em que o movimento, sem encontrar

suporte suficiente para prosseguir na luta, acaba por caracterizar por um fôlego curto, sendo constantemente oprimidos pelo Poder Público.

Mais do que uma ação previamente ideológica, é possível identificar, para ambos os casos, um terreno fértil para experimentação, resistência e fortalecimento de outras formas de se relacionar, de lidar com os espaços. Essas formas estão presentes nestes espaços e, por isso, é preciso olhar para elas, valoriza-las e compreender o potencial transformador latente.

As iniciativas de luta e resistência, individuais e coletivas, pressupõem a ideia de outra forma de se relacionar com a moradia e com o sistema e, portanto, com a cidadania. A própria existência de agentes não hegemônicos no espaço da cidade, e seu desenvolvimento como construtores de outra forma de cidadania e acesso à cidade, são maneiras de resistir e criar alternativas que, embora possam se iniciar com a necessidade básica de moradia, não se encerram em si. Ao longo do tempo vão agregando outras necessidades e complexidades, transformando e criando urbanidade no espaço vivido.

Foi possível observar, também, que a questão da habitação ou da falta dela, se relaciona também com outras dimensões empíricas como a mobilidade, o acesso a oportunidades de trabalho, lazer e serviços. E assim, estes agentes sociais, afetados pela violação ao acesso à cidade, configuram-se a partir de uma resistência aos diversos processos, como aqueles de valorização imobiliária, que cada vez mais os expulsa para regiões mais inóspitas e com menos infraestrutura urbana, ou seja, menos cidade, entendida aqui como exercício da cidadania.

E essa resistência pode se dar não apenas através da luta e reivindicação, como também com a construção de outras dinâmicas de relação entre os espaços de moradia e os espaços vividos e com a reconstrução da propriedade e vivência da cidadania, uma cidadania alternativa, assim como das relações socioespaciais.

## REFERÊNCIAS

ADAS, Sergio. **A luta pela vida e pelo espaço**: os trabalhadores sem-teto do Jardim Progresso. In: FERNANDES, Maria Esther (coord.). *A cidade e seus limites: As contradições do urbano na "Califórnia brasileira"*. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2004.

BARCELLA, Bruno L. S. **O mercado de terras urbanas e seu papel na produção e transformação do espaço urbano em cidades médias**: Os casos de Ribeirão Preto/SP e São Carlos/SP. Monografia (Conclusão de Curso em Geografia). Universidade Estadual Paulista/Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT/UNESP Câmpus de Presidente Prudente, 2015.

CAMPOS, Pedro Abramo. A dinâmica imobiliária. Elementos para o entendimento da espacialidade urbana. In: **Cadernos IPPUR/UFRJ**, ano III, n. especial, dez. 1989. Rio de Janeiro: UFRJ, 1989. pp. 47-70.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Da "organização" à "produção" do espaço no movimento do pensamento geográfico. **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, p. 53-73, 2011.

CARVALHO, Luiz Domingos Moreno. O Posicionamento e o Traçado Urbano de Algumas Cidades Implantadas pela Companhia de Terras Norte do Paraná e a Sucessora Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. **Maringá DGE-UEM**, 2000.

CORDOVIL, Fabíola Castelo de Souza. O código de posturas e obras de 1959 e as transformações do plano inicial de Maringá, PR. **VI Encontro Tecnológico da Engenharia Civil e Arquitetura – ENTECA DEC-UEM**, v. 1, p. 1–11, 2007.

DAL POZZO, Clayton F. **Fragmentação socioespacial em cidades médias paulistas**: Os territórios do consumo segmentado de Ribeirão Preto e Presidente Prudente. 2015. 400 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Geografia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2015.

DAMIANI, Amélia L. As contradições do espaço: da lógica (formal) à lógica dialética, a propósito do espaço. In: DAMIANI, A. L.; CARLOS, A. F. A.; SEABRA, O. C. de L. **O Espaço no Fim de Século**: a nova raridade. São Paulo: Contexto, 1999.

ENDLICH, Angela Maria.; MORO, Dalton Aureo Maringá e a produção do espaço regional. In: MORO, D. Á. (Org.). **Maringá, espaço e tempo**. Ensaio de Geografia Urbana. Maringá: PGE/UEM, 2003.

FRANCO, Hortênsia. Observatório das Metrôpoles assessora movimentos sociais. **Jornal da UEM**. Jornal 101, Set/2011. Disponível em: < <http://www.jornal.uem.br/2011/index.php/edicoes-2011/87-jornal-101-setembro-2011/760-observatorio-das-metropoles-assessora-movimentos-sociais> >. Acesso em 19 de janeiro de 2021.

GARCIA, Tatiane Boisa; CORDOVIL, Fabíola Castelo de Souza. Memórias ignoradas: uma narrativa do início de Maringá sob a ótica da habitação popular. **Antíteses**, v. 12, n. 24, p. 204-235, 2019. Disponível em: < <http://www.uel.br/seer/index.php/antiteses/article/viewFile/36282/26830> > Acesso em 19 dez 2020.

GIMENEZ, Humberto Marchal Mendes. **Interpretação do espaço urbano de Maringá**: A lógica da verticalização período de 1990 a 2005. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Maringá: PGE - UEM, 2007.

GRAMSCI, Antonio. 5ª ed. Rio de Janeiro: **Civilização Brasileira**, 2012. Volume 3.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HOLSTON, James (2013). **Cidadania Insurgente**: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Limites Municipais. **Cidades@**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/15774-malhas.html?=&t=downloads> >. Acesso em: 29 ago. 2019.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LIMA, Maurício. Dallas no Paraná. **Revista Veja**, no. 20, São Paulo, 1999.

LOURENÇO, José Manuel. Líder comunitário de Ribeirão vai fazer o Enem para Arquitetura. **A Cidade ON**, Ribeirão Preto, 2018

LUZ, France. O fenômeno urbano numa zona pioneira: Maringá. **Maringá: Prefeitura do Município de Maringá**, 1997.

MORO, Dalton Aureo. Maringá Espaço e Tempo. **Ensaio de Geografia Urbana**. Maringá: Eduem, 2003.

NEGRI, Silvio Moisés. O “Falso” Novo Centro de Maringá – PR. **Boletim de Geografia**, v. 16, n. 1, p. 67–86, 1998. Disponível em: < <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/BolGeogr/article/view/12155> > Acesso em: 19 dez 2020.

NUNES, Platinir. **Platinir Nunes**: depoimento [set. 2020]. Entrevistadora: Tatiana Monteiro Gomes, 2020. Gravação digital sonora e em vídeo. Presidente Prudente, 2020.

O CALÇADÃO: Movimento Livre nova Ribeirão anuncia: “Reorganizar para concretizar projetos!”. **Blog O Calçadão**, Ribeirão Preto, 2017. Disponível em: < <https://referenciabibliografica.net/a/pt-br/example/index/abnt/newspaper-article> >. Acesso em 18 de ago de 2021.

OLIVEIRA, Osmar. **Osmar Oliveira**: depoimento [set. 2020]. Entrevistadora: Tatiana Monteiro Gomes, 2020. Gravação digital sonora e em vídeo. Presidente Prudente, 2020.

RIBEIRÃO PRETO. **ANEXO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 94/2019**, de 24 de outubro de 2019. INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO NO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PRETO, APROVA O PLHIS... Disponível em: <https://bit.ly/3a749dx>. Acesso: 10 de abril de 2020.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Teorias da ação**. 1 ed. – Rio de Janeiro. Letra Capital. Editora LTDA, 2014. 312p.

RIGON, Angelo. Dia de mudança. **Rigon opiniões e notícias**. 2017. Disponível em: < <https://angelorigon.com.br/2017/06/09/dia-de-mudanca-2/> > Acesso em 19 dez 2020

RODRIGUES, Ana Lúcia. A pobreza mora ao lado: segregação socioespacial na região metropolitana de Maringá. **São Paulo: PUC**, v. 258, 2004a.

RODRIGUES, Ana Lúcia. Características do processo de urbanização de Maringá, PR: uma cidade de “porte médio”. **Cadernos Metrôpole**., n. 12, 2004b. Disponível em: < <https://revistas.pucsp.br/metropole/article/view/8811> > Acesso em 10 out 2020.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **O chão arranha o céu**: a lógica da (re)produção monopolista da cidade. São Paulo: USP, FFLCH, Tese de Doutorado, 1991.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **O chão em pedaços**: urbanização, economia e cidades no estado de São Paulo. 2004. 2004. Tese de Doutorado. Tese (Livre Docência)–Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

TOPALOV, Christian. Do planejamento à ecologia: nascimento de um novo paradigma de ação sobre a cidade e o habitat? **Cadernos IPPUR/UFRJ**, Rio de Janeiro, Ano XI, n.1, p. 19-42, jan./abr. 1997.

TÖWS, Ricardo Luiz. **Grandes projetos urbanos como reprodução da lógica do capital em Maringá (PR)**. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá, 2015.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. (1ª edição de 1971).